



O EMUDECIMENTO DA MULHER SUBALTERNA NA OBRA “A LETRA DE ESCARLATE” DE NATHANIEL HAWTHORNE

THE SILENCE OF SUBALTERN WOMAN IN THE WORK "THE SCARLET LETTER" BY NATHANIEL HAWTHORNE

Rélenny Vilas Boas Cerqueira Pereira
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: relenny1@gmail.com

Odete Burgeile
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: odetebur@gmail.com

RESUMO

A literatura é um meio pelo qual são disseminados os discursos predominantes de um tempo e espaço histórico, e, embora seja fictícia, é o reflexo da sociedade. Deste modo, selecionamos a obra clássica da literatura norte-americana “A letra de Escarlata”, de Nathaniel Hawthorne, publicada em 1850, para verificar a condição da mulher no período em que Massachusetts fora colonizado por puritanos vindos da Inglaterra. A pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico. Primamos por selecionar, como base desse estudo, o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático, e dentre os pensadores que fazem parte dessa equipe, as reflexões da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) que explana sobre a mulher subalterna. Sobre a literatura como reflexo do social nos embasamos em Antônio Candido (2006), Theodor W. Adorno (1983, 2001), Georg Lukács (2000), dentre outros. Consideramos que o romancista, ao retratar a mulher subalterna em sua obra literária, apropria-se do outro por assimilação e, assim, reproduz e representa a voz do sujeito subalterno (a mulher). Assim, observamos a necessidade e a importância de as mulheres produzirem a sua voz nas literaturas e na ciência, de se autorrepresentarem para que possam sair da zona da subalternidade e novos discursos possam ser reproduzidos na historiografia da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher subalterna. Pós-Colonialismo. Literatura Norte-Americana.

ABSTRACT



Literature is a means by which the prevailing discourses are disseminated of a historical time and space, and although it is fictitious it is the reflection of society. In this way, we selected Nathaniel Hawthorne's classic work of American literature "The Scarlet Letter," published in 1850, to verify the condition of the woman in the colonial period of the United States of America at the time of Puritanism. The research is qualitative and bibliographical. We chose to base this study, the South Asian Subaltern Studies Group, and among the thinkers who are part of this team, the reflections of the Indian writer Gayatri Chakravorty Spivak (2010) who explains on the subordinate woman. On literature as a reflection of the social we based on Antônio Candido (2006), Theodor W. Adorno (1983, 2001), Georg Lukács (2000), among others. We consider that the novelist in portraying the subaltern woman in his literary work, he appropriates the other by assimilation and this reproduces and represents the voice of the subaltern subject (the woman). Thus, we observe the need and importance of women to produce their voice in literatures and science, to represent themselves so that they can leave the zone of subalternity and new discourses can be reproduced in the historiography of humanity.

KEYWORDS: Subaltern woman; Post Colonialism; North American Literature.

INTRODUÇÃO

As relações dos indivíduos dentro de diversas sociedades não acontecem de modo igualitário, alguns se apropriam do poder, e os outros são subordinados a eles. No caso da mulher, além de estar sujeita a esse tipo de relação, está passível da dominação masculina que já fora diagnosticada em diversos espaços e tempo histórico. É possível observar essas relações por meio da literatura, por lhe ser característico a mimese, ou seja, uma arte da linguagem que permite recriar a realidade sem perder a essência do mundo, do contexto ao qual o escritor está inserido.



Acreditando que a literatura é o reflexo da sociedade e, por apresentar uma narrativa fictícia em que a personagem principal é uma mulher, escolhemos o romance “A letra de Escarlata” para verificar a condição da mulher no período em que Massachusetts ¹ fora colonizado por puritanos vindos da Inglaterra. Para contextualizarmos, Resende (2012) afirma que,

Os puritanos que se estabeleceram em Massachusetts na primeira metade do século XVII optaram por deixar seus lares na Inglaterra, motivados pelo que entendiam ser o chamado divino ao povo eleito de Deus... A peculiaridade do puritanismo levado para Massachusetts residia no fato de que, além de funcionar como ideologia para legitimação de um projeto de colonização, ele também fornecia uma prescrição completa para o comportamento social de então. O puritanismo praticado no Novo Mundo se traduzia em uma forma muito específica do Cristianismo que reunia crenças, práticas e histórias que reclamavam os status de um único meio aceitável de interpretação de todos os fenômenos, sejam eles humanos, naturais ou transcendentais. (RESENDE, 2012, p. 323).

Conforme os ponderamentos da estudiosa acima, no período colonial, em Massachusetts, era a religião que regia as leis políticas, conduzia os comportamentos daquela sociedade e definia o que era ético, moral e correto. Mediante a obra selecionada poderemos visualizar como a mulher estava posicionada naquela época a partir do olhar do autor.

O romance em epígrafe fora publicado pela primeira vez em 1850 por Nathaniel Hawthorne, sendo o seu primeiro romance produzido e que atualmente é considerada uma obra clássica da literatura americana. O autor nasceu em Salém, Massachusetts, em 1804, foi um escritor e romancista que escreveu grande parte de suas histórias sobre o período colonial americano.

Para explanarmos sobre a literatura como reflexo social nos embasamos em Antônio Candido (2006); Theodor W. Adorno (1983, 2001); Georg Lukács (2000) e Luciana M. F. da Silva (2005). Para abordamos sobre a mulher subalterna, apoiamos no Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático, especificadamente nas reflexões da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010).

1 LITERATURA COMO REFLEXO SOCIAL

¹ Um dos 50 estados dos Estados Unidos da América



A visibilidade e importância do social expresso na literatura não é recente, tem sido apontado por estudiosos desde o século XVIII, como salienta Candido (2006):

Dizer que ela exprime a sociedade constitui hoje verdadeiro truísmo; mas houve tempo em que foi novidade e representou algo historicamente considerável. No que toca mais particularmente à literatura, isto se esboçou no século XVIII, quando filósofos como Vico sentiram a sua correlação com as civilizações, Voltaire, com as instituições, Herder, com os povos. Talvez tenha sido Madame de Staél, na França, quem primeiro formulou e esboçou sistematicamente a verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre. (CANDIDO, 2006, p. 29).

Nos estudos científicos e literários, Candido (2006) afirma que existem duas tendências que fazem associação da literatura com o social: uma que afirma que ela é expressão do social e outra, que analisa o conteúdo social das obras, em sua maioria baseado em fundamentos de cunho político ou moral.

Para o sociólogo moderno, ambas as tendências tiveram a virtude de mostrar que a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (CANDIDO, 2006, p.30).

Segundo Silva (2005), na tendência em que a literatura é estudada como configuração da realidade,

Os estudos são fomentados a partir da concepção marxista clássica de ideologia, na qual esta se constitui como uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Assim, a relação literatura e sociedade toma corpo a partir da teoria do reflexo, fundamentada na relação de causalidade da estrutura social. Nessa perspectiva, mas com matizes diferentes, salientam-se os postulados de Lukács (1885- 1971) e de Adorno (1903-1969). (SILVA, 2005, p. 141).

Lukács (2000), ao tratar sobre o distanciamento entre o escritor e a realidade no processo de estilização que gera a obra, assevera que



Quer esta distância seja orientada para o futuro ou para o passado, quer marque uma ascensão ou uma descida em relação à vida, não cria nunca uma realidade nova, mas sempre um simples reflexo subjetivo daquilo que já está lá. (LUKÁCS, 2000, p. 52).

Na mesma linha de pensamento de Lukács (2000), o estudioso Adorno (1983) acredita que a obra de arte reflete a ideologia que está em vigor na sociedade, e ainda ressalva que “A priori, antes de suas obras, a arte é uma crítica da feroz seriedade que a realidade impõe sobre os seres humanos” (ADORNO, 2001, p. 13). A partir dessas perspectivas ponderamos que o contexto social sempre estará presente em uma obra literária. Além da beleza estética, a literatura é relevante para visualizar a cultura, ideologia e as relações sociais.

1.1 “A LETRA DE ESCARLATE”

Em síntese, a história da obra “A letra de Escarlate” é ambientada em Boston, no século XVII, no estado de Massachussetts, colonizada por puritanos. Hester Prynne era uma jovem casada, que desembarcou nesse estado sozinha, e o seu marido iria vir posteriormente, no entanto, passaram-se alguns anos e ele não chegou à colônia e supostamente teria falecido na viagem. Nesse período ela apaixonou-se por um jovem pastor e teve relação sexual sem cumprir os rituais e o tempo previsto pelas leis religiosas de sua comunidade para novo casamento em casos de desaparecimento do corpo do marido morto. Engravidou-se, no que resultou no nascimento de uma criança ilegítima, por isso fora condenada a três horas de exposição no local das punições e a usar o emblema de vergonha sobre o peito pelo resto de sua vida. Esse emblema era um bordado no peitoral de sua vestimenta, com a letra escarlate A de adúltera, descrito do seguinte modo pelo narrador: “No peitoral da túnica, em tecido vermelho fino e adornada por um elaborado bordado e fantásticos floreios em linha dourada, trazia a letra A” (HAWTHORNE, 2011, p.41).

O romance inicia-se com Hester sendo levada da prisão até o pelourinho, carregando a bebê Pearl. Ao ser julgada e interrogada pelo clero da cidade sobre qual era o nome do homem com quem ela teve a filha, ela se recusa a dizer e é levada de



volta à prisão, arcando com toda consequência de seu ato, considerado pecado e erro pela comunidade puritana.

Na prisão, o seu marido (que era médico e se apresentou na cidade como Roger Chillingworth) aparece e pede para que diga quem é o pai da criança, mas ela não lhe diz, então ele afirma que irá descobrir de algum modo, e pede para ela não dizer a ninguém que ele é seu marido.

Após Hester ser solta da prisão, ela vai morar numa cabana afastada da cidade, onde, para se sustentar financeiramente, costura roupas para diversas pessoas. Com o dinheiro do seu trabalho, consegue ajudar pessoas mais pobres do que ela, no entanto, por causa da exposição sofrida em praça pública por ter traído o seu marido, essas pessoas retribuem com escárnio, malícia, humilhação e sua filha Pearl cresce isolada das outras crianças.

Quando Chillingworth apareceu na cidade, o reverendo Dimmesdale estava gravemente enfermo, por isso as pessoas da cidade providenciaram uma casa para que os dois morassem juntos, e o médico pudesse cuidar da saúde do reverendo.

Chillingworth confronta Dimmesdale para que diga o seu segredo, e o reverendo se nega a dizer. Passado algum tempo, quando Dimmesdale estava adormecido em uma cadeira, o médico abre a camisa do reverendo e vê algo em seu peito, relacionado com o segredo que o reverendo esconde.

Depois de sete anos usando o emblema com a letra de escarlate “A”, as pessoas da cidade começaram a enxergar as virtudes de Hester, em razão de ela ajudar todos os necessitados, pobres e doentes da comunidade.

Entretanto, a saúde do reverendo Dimmesdale se agrava mais, em decorrência do seu remorso diante do pecado cometido e não revelado, ou seja, ele é o pai de Pearl. No entanto, Chillingworth sabia desse segredo e o explorava como forma de vingança.

Hester conta à Dimmesdale que Chillingworth é seu marido. No entanto, o reverendo afirma que não pode tomar atitude alguma em relação a esse fato. Então, Hester propõe que eles, junto com a sua filha Pearl, fujam para a Europa, mas Chillingworth descobre e atrapalha os planos deles.



Em uma procissão de militares e magistrados, o reverendo Dimmesdale muito fraco, com uma expressão pálida e doentia, com a ajuda de Hester e Pearl, sobe no pelourinho, revela o seu pecado à comunidade e morre em seguida, deixando todos os moradores da cidade perplexos.

Chillingworth, perdendo sua vontade de vingar-se, morre pouco tempo depois e deixa para Pearl sua herança, um valor muito alto em dinheiro. Surgem alguns rumores na comunidade de que Pearl utilizou esse dinheiro para ir para a Europa. Vários anos depois, Hester volta para sua antiga casa, e passa a oferecer apoio às mulheres que sofreram a mesma situação que ela. Quando morre, é enterrada próxima ao túmulo de Dimmesdale, partilhando juntos a letra de *escarlate*.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA DE SUBALTERNIDADE E ANÁLISE

A questão da subalternidade tem sido estudada e discutida por diversos críticos pós-colonialistas: Edward Said, Homi Bhabha, Albert Memmi, Aimé Césaire, Gayatri Spivak, etc. Segundo Ribeiro (2010),

O mais amplo denominador comum das diferentes correntes do pensamento pós-colonial está, seguramente, no modo como fundam a explicação e compreensão do mundo na crítica às relações desiguais entre o Norte e o Sul, perspectivadas como assentes na matriz da relação colonial, e no modo como desenvolvem essa crítica a partir da incorporação do ponto de vista dos colonizados. (RIBEIRO, 2010, p.116).

Relações desiguais entre o Norte e o Sul que são discutidas amplamente por Said (1990). A teoria pós-colonialista defende a ideia de que o colonizado deve ter voz, visibilidade. E a mulher dentro do olhar dos estudos pós-colonialistas também é considerada uma colonizada, por possuir uma relação desigual em detrimento do homem em muitas sociedades. A mulher colonizada também é marginalizada, considerada, deste modo, como subalterna.

Dois grupos de estudos sobre a subalternidade se sobressaem: o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, nos quais se destacam John Beverly, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez, Javier Sanjines, como os fundadores desse



grupo em 1992, e o Grupo Sul-Asiático, criado no final dos anos de 1970, na Índia, por Ranajit Guha, e do qual os pensadores Gayatri Spivak e Dipesh Chakrabarty também participam.

Nesta pesquisa, primamos por selecionar o Grupo Sul-Asiático, pois, foram desse grupo que surgiram os primeiros historiadores a desenvolverem a teoria da subalternidade, baseada, a princípio, a partir das proposições do cientista político Antônio Gramsci (2002). E dentre os pensadores, baseamo-nos nos ponderamentos da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak, que aborda com mais detalhes a questão da mulher subalterna.

Antes de refletirmos sobre a mulher subalterna, remetemo-nos ao conceito de subalterno explicado por Figueiredo (2010) em que a etimologia do termo “subalterno” deriva do latim *subalternus*, e o seu significado é ‘aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra’. Já, para Spivak (2010, p.12), o sujeito subalterno é aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. O sujeito subalterno está à margem da sociedade, não tem direito a voz, nessa situação, é sempre o outro que fala por ele, que lhe delega os seus valores, sua posição na comunidade.

Ainda de acordo com Spivak (2010), a situação da subalternidade é o estado do silenciamento. Nessa condição, o sujeito necessita de um representante devido a sua condição de silenciado. No caso em que ele consegue se autorrepresentar, ter voz própria, automaticamente deixa de ser um sujeito subalterno.

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 66 e 67).

De acordo com a autora, a mulher é subalterna devido à ideologia de gênero dominante masculina. Embora a subalternidade da mulher, na atualidade em diversas culturas e sociedades de modo geral, tenha se reduzido, devido a grandes lutas sociais por seus direitos, nos séculos passados aconteciam de modo mais repetitivo, veemente e naturalizado. No caso da obra literária analisada, que retrata o período da colonização do estado de Massachusetts, a partir da teoria da subalternidade, a mulher é um sujeito duplamente subalterno, primeiramente, pelo simples fato de ser mulher. Spivak (2010) ressalva que a posição da mulher subalterna é ainda mais agravante, porque

Uma vez posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna não tem história e não pode falar, sendo colocada às sombras. A pesquisadora afirma que tal reflexão sobre a mulher não pode ser reduzida a uma mera questão idealista, uma vez que ignorar o debate acerca da mulher subalterna seria um gesto apolítico que, ao longo da história, tem perpetuado o radicalismo masculino (FIGUEIREDO, 2010, p. 87).

A escritora pondera ainda que *“mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”* (SPIVAK, 2010, p.15). E ainda *“Com respeito à “imagem” da mulher, a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres.”* (SPIVAK, 2010, p. 66).

No caso da obra *“A Letra de Escarlate”*, a personagem Hester Prynne, ao ser interrogada sobre com quem ela tinha adulterado, ela apenas silenciou, não expôs o nome do homem com quem teve um relacionamento amoroso, e assim, sofreu sozinha as punições da sociedade puritana da época. No trecho a seguir da narrativa, observamos esteticamente este silêncio, que é o elemento principal estruturante da trama, responsável pelo desencadeamento das demais ações do enredo.

Tão poderoso fora o apelo do clérigo que o povo acreditava plenamente que Hester Prynne revelaria o nome do culpado; ou mesmo que o próprio culpado, qualquer fosse seu posto de observação, alto ou baixo, por uma necessidade interior e inevitável, se sentiria compelido a revelar-se e subir ao cadafalso. Hester abanou a cabeça negativamente. *“Mulher, não forces os limites da misericórdia celeste! ”*, bradou o reverendo Wilson, mais incisivo do que antes. *“A esse bebê foi concedida uma voz, para que reforce e confirme o conselho que acabas de ouvir. Revela o nome! Isso e tua penitência poderão permitir que retires a letra escarlate do peito.”* *“Nunca!”*, respondeu Hester Prynne, encarando não o sr. Wilson, mas diretamente os olhos graves e



perturbados do jovem clérigo. “Este emblema é profundo demais. Ninguém pode arrancá-lo. Então suportarei o sofrimento dele, além do meu! ” “Fala, mulher! ”, disse outra voz, fria e austera, saída da multidão que rodeava o cadafalso. “Fala; e dá à tua criança um pai! ” “Não falarei! ”, retrucou Hester, pálida como um cadáver, mas respondendo àquela voz que certamente reconheceu. “E a meu bebê caberá um Pai divino; ela jamais conhecerá um pai deste mundo! ” “Ela não falará! ”, murmurou o sr. Dimmesdale, que, debruçado sobre a amurada da galeria, com a mão sobre o peito, tinha aguardado o resultado de seu apelo. Ele agora recuava, com um longo suspiro. “Espantosa a resistência e a generosidade desse coração de mulher! Ela não falará! (HAWTHORNE, 2011, p.51- 52).

Apesar de ser outorgado o direito de fala, nesta situação vemos a mulher assinalando o próprio silêncio. Assim, nesse mesmo ponto, é possível haver uma outra reflexão, pois esse romance fora escrito sob a perspectiva do gênero masculino e, apesar das suas grandes contribuições, fica o seguinte questionamento, o que ele estava querendo reproduzir? Sensibilizar a sociedade da época a respeito da opressão imposta pelo puritanismo/hipocrisia à mulher, ao colonizado, de uma forma geral? Mostrar que a mulher é um sujeito passivo, aceita e gosta de ser silenciada? Se esse romance fosse escrito por uma mulher, a personagem feminina do enredo, se posicionaria de tal modo? Acerca disso a estudiosa Spivak defende veementemente que o sujeito subalterno tem que ter voz, falar por si, se subjetivar autonomamente, e não o outro (nesse caso, o gênero masculino) o representar (a mulher):

Spivak (1988), na esteira de Derrida, reflete sobre o perigo da apropriação do outro pela assimilação, chamando a atenção para a reescrita da utopia estrutural. Por essa perspectiva, toma-se como verdade o que é dito pelo outro, fazendo que tal discurso fique enraizado na consciência do mais fraco; sinteticamente, trata-se de ouvir “a voz do outro em nós”. Ou seja, a representação do subalterno está atravessada pela hierarquia opressora dominante (FIGUEIREDO, 2010, p.86).

Nessa perspectiva, Spivak está se aludindo à questão de a fala do subalterno ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um (a) outro (a). E o que há de negativo nisto? Precisamente o fato de muitas vezes, o subalterno ser silenciado até por quem imagina estar apeteendo defendê-lo do opressor, tendo em vista que é uma ilusão acreditar que falar pelo outro é o mesmo que criar espaços por meio dos quais o outro (subalterno) possa falar.



Essa é uma difícil tarefa: criar esses espaços, por meio de políticas públicas que permitam ao subalterno a oportunidade de falar de si, por si e de ser ouvido. Por isso a importância de um atento cuidado que o intelectual deve ter, ao querer dar voz e representar o subalterno mediante às suas produções, para não o silenciar ainda mais, em vez de denunciar a opressão sofrida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as vozes de muitas mulheres continuam sendo silenciadas mesmo na contemporaneidade. Deste modo indagamo-nos como “dar voz” a quem não se “sente confortável/segura para falar?” Que mecanismos são criados para assegurar às mulheres (colonizados em geral) que suas vozes serão ouvidas e que, principalmente, não sofrerão consequências negativas por essa atitude? Para Spivak (2010), não se pode falar pelo subalterno, mas existe a possibilidade de trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o sujeito consiga se articular e, como resultado, possa também ser ouvido. Dá-se aí o importantíssimo papel dos intelectuais na produção intelectual contra hegemonia de poder e na representação do sujeito subalterno, com o devido cuidado para não o emudecer mais. Até que os sujeitos subalternos consigam ecoar suas vozes autonomamente, de se autorrepresentarem tanto na literatura quanto na ciência.

Baseando-nos nas contribuições de Spivak e na teoria da subalternidade apresentada pelos teóricos pós-colonialistas, entendemos que, Nathaniel Hawthorne apropria-se do outro por assimilação e assim reproduz e representa a voz de um sujeito subalterno (mulher). Nesse contexto, essa atitude não é maléfica. Embora sendo do gênero masculino, o autor retrata o emudecimento da mulher e a opressão imposta a ela por uma sociedade hipócrita e puritana. Dar visibilidade a quem está na completa escuridão, sendo silenciada é muito relevante. A partir desse início, outras ações e políticas públicas devem ser adotadas, para que sujeitos marginalizados pela sociedade possam ser escutados.



REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Posição do narrador no romance contemporâneo**. In: Textos escolhidos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **A arte é alegre?** In: RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno (Orgs.). **Teoria crítica, estética educação**. Campinas: Unimep, 2001. p. 11-18.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9ª Edição. Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2006.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. **Estudos subalternos**: uma introdução. Raído, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 5, 2002.

HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra de escarlate**. Trad. Christian Schwartz. Penguin: Companhia da Letras, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**. São Paulo: Duas cidades; ed. 34, 2000.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RIBEIRO, Antonio Sousa. **Pensamento pós-colonial**. In: anuário de relações exteriores, JANUS, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Luciana Marinho Fernandes da. Literatura e sociedade: da teoria do reflexo à construção discursiva de identidades sociais. **Graphos**, Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB, João Pessoa, Vol 7., N. 2/1, 2005 – p. 141-146.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.